

Caderno de Prova

Código do Eixo
405

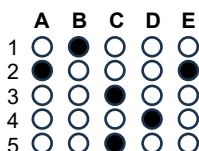
Ciências Humanas e suas Tecnologias
Pedagogia

Edital Nº 36/2025 – REI/IFPE

Data: ____/____/____

INSTRUÇÕES GERAIS PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA

- Use apenas caneta esferográfica de tinta na cor preta e fabricada em material transparente.
- Escreva a data, a sua assinatura e o seu número de inscrição no espaço indicado nesta capa.
- A prova terá duração máxima de 4 (quatro) horas, incluindo o tempo para responder a todas as questões do **Caderno de Prova** e preencher a **Folha de Respostas**.
- Antes de retirar-se definitivamente da sala, entregue a **Folha de Respostas** e o **Caderno de Prova** ao Fiscal.
- Este **Caderno de Prova** contém 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha, cada uma com 05 (cinco) opções, das quais apenas 01 (uma) é correta.
- Se o **Caderno de Prova** contiver alguma imperfeição gráfica que impeça a leitura, comunique isso imediatamente ao fiscal, para que seja efetuada de imediato a troca do Caderno.
- Cada questão de múltipla escolha apresenta apenas **uma** resposta correta. Para a marcação da opção escolhida na **Folha de Respostas**, pinte completamente o campo correspondente conforme a figura a seguir:



- Os rascunhos e as marcações feitas neste **Caderno de Prova** não serão considerados para efeito de avaliação.
- Interpretar as questões faz parte da avaliação; portanto, não é permitido solicitar esclarecimentos aos fiscais.
- O preenchimento da **Folha de Respostas** é de sua inteira responsabilidade.
- A quantidade de questões objetivas e respectivas pontuações desta prova estão apresentadas a seguir:

Área do conhecimento	Número de questões	Valor total (Pontos)
Língua Portuguesa	05 questões	10 pontos
Conhecimentos Didático-Pedagógicos	10 questões	20 pontos
Integridade	05 questões	10 pontos
Conhecimento Específico	30 questões	60 pontos
PONTUAÇÃO TOTAL		100 pontos

ASSINATURA DO CANDIDATO:

NÚMERO DE INSCRIÇÃO:

LÍNGUA PORTUGUESA

As questões de 1 a 4 referem-se ao Texto 1.

TEXTO 1

A ciência transforma, mas só se for compreendida

André Kauric de Campos

A história mostra que a insegurança com o novo não é novidade. Desde que a humanidade aprendeu a transformar ideias em ferramentas, todo salto tecnológico foi precedido por uma fase de dúvida, resistência, desconfiança — e muita desinformação. É um período de desorientação coletiva, em que o pensamento crítico parece hibernar e a mente pública se torna refém de processos que se impõem de forma automatizada, sem qualquer domínio social.

É justamente nesse lapso entre a revolução e a compreensão que surgem os maiores perigos: a lucidez coletiva se fragiliza, e a população se torna mais vulnerável à manipulação por parte de pessoas ou corporações oportunistas, gananciosas e sabotadoras do bem comum. Foi assim com a teoria da evolução, a energia nuclear e os antibióticos. Ainda é com as vacinas, a informação e as redes sociais.

Esse intervalo entre a tecnologia e seu domínio público pode ser fatal. E a receita para evitar o colapso sempre foi a mesma: comunicação pública da ciência. Vejamos o caso da inteligência artificial (IA), um dos grandes saltos tecnológicos do nosso tempo — ao lado da computação quântica, da biotecnologia e da automação autônoma. No Brasil, por exemplo, a Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial (EBIA) representa um avanço relevante. Diretrizes foram definidas. Centros de pesquisa estão sendo anunciados em diferentes estados, inclusive no Distrito Federal. O plano é robusto: princípios éticos, regulamentação, segurança, transparência e incentivo à inovação.

Mas há uma ausência comum — e grave — em todas essas iniciativas: não há qualquer eixo, meta ou investimento voltado à comunicação pública da ciência. E isso compromete tudo. A IA é, antes de tudo, uma nova forma de se relacionar com o mundo, com os dados, com as decisões. Mas, quando a população não é chamada a entender — apenas a obedecer —, cria-se um ambiente propício à desinformação, ao medo e ao uso indevido. A IA pode transformar e unir o mundo — mas só com educação e comunicação podemos fazê-la conversar de forma eficiente e sábia.

Assim como a internet, o medo da IA não é da tecnologia; é do novo. Do que não se conhece. Do que não se domina. Do que é anunciado como inevitável, mas não explicado como funciona. Sem pontes entre o conhecimento técnico e o entendimento público, corremos o risco de construir muros em vez de caminhos. A IA para o povão não será de inteligência — será de ilusão.

Não basta que os algoritmos sejam éticos. É preciso que sejam compreendidos. Não basta que os dados sejam transparentes. É preciso que estejam acessíveis. O problema não é a inteligência artificial — é a ausência de comunicação real. Sem comunicação pública da ciência, até o progresso vira ameaça. A tecnologia evolui. Mas o entendimento precisa acompanhar. O futuro só será coletivo se for compreensível. Inteligência artificial, sem escuta e explicação, vira apenas exclusão automatizada.

Imagine algoritmos decidindo quem recebe um benefício social, quem será priorizado na saúde pública ou quais bairros devem ter mais policiamento. Agora, imagine que ninguém sabe como essas decisões são feitas — nem mesmo quem as administra. A inteligência vira opacidade. O automatismo vira desumanização.

Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br>. Acesso em: 11 ago. 2025.

1. De forma global, o texto

- A) é construído em torno do diálogo entre uma tese anterior e uma nova tese, tematizando os danos cognitivos provocados pelo uso indiscriminado das inovações tecnológicas pelas pessoas.
- B) apresenta uma sucessão de eventos e tematiza a sensação de insegurança resultante do excesso de inovações tecnológicas na vida das pessoas comuns.
- C) apresenta uma sucessão de eventos e tematiza os benefícios latentes da inteligência artificial para uma melhor organização da vida em sociedade.
- D) é construído em torno do diálogo entre uma tese anterior e uma nova tese, tematizando as contribuições positivas resultantes do uso comedido das inovações tecnológicas pelas pessoas comuns.
- E) é construído em torno do diálogo entre uma tese anterior e uma nova tese, tematizando as consequências do hiato entre as inovações tecnológicas e a comunicação eficiente dessas inovações.

2. Em relação aos benefícios trazidos pelas inovações tecnológicas, o texto desenvolve um raciocínio
- A) comparativo, que é revelado no quinto parágrafo por meio da expressão “assim como”.
 - B) explicativo, que é antecipado pelo título, por meio do uso da conjunção “se”.
 - C) conclusivo, que é revelado no quinto parágrafo por meio da expressão “assim como”.
 - D) proporcional, que é revelado no quinto parágrafo por meio da expressão “assim como”.
 - E) condicional, que é antecipado pelo título, por meio do uso da conjunção “se”.
3. Considere o excerto reproduzido a seguir.

O problema não é a inteligência artificial — é a ausência de comunicação real. Sem comunicação pública da ciência, até o progresso vira ameaça.

A palavra em destaque

- A) tem valor argumentativo, pois sinaliza que a informação por ela introduzida funciona como argumento mais forte em uma escala argumentativa, e poderia ser substituída, mantendo-se essa função, por “no mínimo”.
 - B) tem valor argumentativo, pois deixa subentendida a existência de uma escala com outros argumentos mais fortes, e poderia ser substituída, mantendo-se essa função, por “inclusive”.
 - C) tem valor argumentativo, pois sinaliza que a informação por ela introduzida funciona como argumento mais forte em uma escala argumentativa, e poderia ser substituída, mantendo-se essa função, por “inclusive”.
 - D) é isenta de valor argumentativo, pois funciona tão somente como preposição e denota limite quantitativo para a informação por ela introduzida.
 - E) é isenta de valor argumentativo, pois funciona tão somente como advérbio e denota valor inclusivo para a informação por ela introduzida.
4. Considere o período reproduzido a seguir.

Mas, quando a população não é chamada a entender — apenas a obedecer —, cria-se um ambiente propício à desinformação, ao medo e ao uso indevido.

Nesse período,

- A) a presença das duas primeiras vírgulas é justificada, pois elas delimitam um bloco sintático-semântico que funciona como informação principal; a retirada desse bloco inviabiliza a estrutura sintática.
- B) a presença das duas primeiras vírgulas é justificada, pois elas delimitam um bloco sintático-semântico deslocado e subordinado à informação principal; a retirada desse bloco não inviabiliza a estrutura sintática.
- C) a combinação da vírgula com o travessão é justificada, pois isso ocorre sempre em períodos cujas orações estão articuladas por coordenação alternativa.
- D) a presença das duas primeiras vírgulas é justificada, pois elas delimitam um bloco sintático-semântico deslocado e subordinado à informação principal; a retirada desse bloco inviabiliza a estrutura sintática.
- E) a combinação da vírgula com o travessão é justificada, pois isso ocorre, obrigatoriamente, entre orações articuladas por coordenação aditiva.

5. Considere o texto reproduzido a seguir.

TEXTO 2



Disponível em: folha.uol.com.br. Acesso em: 19 ago. 2025.

A leitura dos textos 1 e 2 permite afirmar que eles

- A) mantêm intertextualidade temática, com posicionamentos convergentes, apesar de representarem gêneros textuais distintos.
- B) mantêm intertextualidade temática, com posicionamentos divergentes, apesar de representarem gêneros textuais distintos.
- C) mantêm intertextualidade estilística, com posicionamentos convergentes, e representam um mesmo gênero textual.
- D) mantêm intertextualidade estilística, com posicionamentos divergentes, apesar de representarem gêneros textuais distintos.
- E) mantêm intertextualidade temática, com posicionamentos convergentes, e representam um mesmo gênero textual.

CONHECIMENTOS DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS

6. Os fundamentos da educação e da docência constituem-se em referenciais teóricos, históricos, sociais e epistemológicos, que orientam a prática do professor e a compreensão do papel da escola. Considerando a relação entre educação, sociedade e trabalho, no contexto do compromisso com a formação omnilateral e politécnica, é correto afirmar que
- A) os fundamentos da docência, ao serem compreendidos como essencialmente técnicos e instrumentais, asseguram a neutralidade científica da prática pedagógica, garantindo que o professor atue sem influências ideológicas.
 - B) a formação de professores implica discutir o sentido social e político da educação. Dessa forma, ensinar é mais do que transmitir informações, é formar sujeitos históricos capazes de compreender e transformar a realidade.
 - C) a perspectiva libertária da educação reduz a docência ao domínio de conteúdos disciplinares e das tecnologias, ignorando a subjetividade e a experiência vivida dos estudantes na vida comunitária.
 - D) a Pedagogia Colaborativa fundamentada no Escolanovismo entende a docência como prática essencialmente emancipadora, responsável por romper com a reprodução das desigualdades sociais.
 - E) os saberes docentes, no âmbito da pedagogia crítico-social dos conteúdos, são restritos ao conhecimento acadêmico e científico, desconsiderando outras formas de saber que não tenham origem no espaço universitário ou nas pesquisas formais.
7. Considerando que não existe imparcialidade no processo de formação docente, um projeto institucional, político e pedagógico voltado à formação de professores, quando em oposição ao modelo social hegemônico e aos seus desdobramentos, deve fundamentar-se em uma epistemologia que assuma explicitamente uma orientação finalística de transformação da sociedade e de superação das desigualdades sociais produzidas pela dinâmica do capital. Nesse contexto, é imprescindível assumir a epistemologia
- A) da complexidade, baseada na racionalidade científica.
 - B) pluralista, voltada para a eficiência e produtividade.
 - C) da práxis, fundamentada no materialismo histórico-dialético.
 - D) humanista, inspirada no existencialismo e na fenomenologia.
 - E) construtivista, apoiada nas teorias de aprendizagem individual.
8. O currículo integrado constitui uma concepção de organização curricular bastante discutida no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e nas propostas formativas voltadas à classe trabalhadora, especialmente à luz da perspectiva politécnica e ou omnilateral. Considerando os fundamentos que o sustentam, o currículo integrado, dentre as suas características, é concebido como
- A) um modelo de currículo modular e uma organização institucional seriada que articula os conhecimentos das disciplinas em projetos de ensino, priorizando as disciplinas comuns das áreas de ensino.
 - B) um processo de unificação administrativa de cursos e um ensino por módulos como meio de assegurar a existência de um currículo transdisciplinar.
 - C) uma proposta pedagógica que privilegia a lógica da empregabilidade, da flexibilidade e da adaptação imediata ao mercado, como uma unidade interdisciplinar da teoria e da prática.
 - D) uma concepção pedagógica e uma organização institucional que integra a formação geral, técnica e política, tendo o trabalho como princípio educativo.
 - E) um projeto político e pedagógico em que se admite a lógica mercadológica da educação, reconhecendo-a como direito social e elemento essencial da cidadania e da emancipação humana.

9. Tomando por base as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para Educação Profissional e Tecnológica (Resolução CNE/CP nº 01/2021), analise o seguinte fragmento textual:

Trata-se da estrutura de organização da Educação Profissional e Tecnológica, considerando as diferentes matrizes tecnológicas nele existentes, por meio das quais são promovidos os agrupamentos de cursos, levando em consideração os fundamentos científicos que as sustentam, de forma a orientar o Projeto Pedagógico do Curso (PPC), identificando o conjunto de conhecimentos, habilidades, atitudes, valores e emoções que devem orientar e integrar a organização curricular, dando identidade aos respectivos perfis profissionais. (Brasil, 2021, p. 4)

A descrição anterior refere-se à definição de:

- A) Itinerário Formativo.
 - B) Eixo tecnológico.
 - C) Área Tecnológica.
 - D) Qualificação Profissional.
 - E) Estágio Profissional.
10. A Lei nº 11.892/2008 instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs). Considerando sua definição identitária, os IFs se constituem em instituições
- A) interdisciplinares e multicampi, voltadas exclusivamente à formação técnica de nível médio em diferentes modalidades de ensino.
 - B) multicampi e pluricurriculares, especializadas na oferta de educação profissional e tecnológica em diferentes níveis e modalidades de ensino.
 - C) multidisciplinares e pluricurriculares, especializadas em cursos técnicos e superiores de tecnologia, com organização curricular voltada à formação para o mercado de trabalho.
 - D) multicampi e interdisciplinares, voltadas para a pesquisa acadêmica e para as formações técnicas e de pós-graduação stricto sensu.
 - E) pluricurriculares de ensino superior, com foco na formação profissional, podendo atuar na forma conveniada do ensino básico integrado ao profissional.
11. Considerando as orientações legais quanto à estrutura e à organização da educação profissional técnica de nível médio, identifica-se como possibilidades para o desenvolvimento dos cursos técnicos a forma
- A) concomitante intercomplementar, ofertada a quem ingressa no Ensino Médio ou já o esteja cursando, efetuando-se matrículas distintas para cada curso, aproveitando oportunidades educacionais disponíveis, seja em unidades de ensino da mesma instituição ou em distintas instituições e redes de ensino.
 - B) concomitante, desenvolvida simultaneamente em distintas instituições ou redes de ensino, mas integrada no conteúdo, mediante a ação de convênio ou acordo de complementaridade, para a execução de projeto pedagógico unificado e conclusivo à certificação.
 - C) subsequente intercomplementar, desenvolvida em cursos destinados exclusivamente a quem esteja cursando a última série e/ou já tenha concluído o Ensino Médio, sendo previsível a celebração de convênios junto a IES voltados à verticalização para os cursos de tecnologias.
 - D) integrada, ofertada somente a quem já tenha concluído o Ensino Fundamental, com matrícula única na mesma instituição, de modo a conduzir o estudante à habilitação profissional técnica ao mesmo tempo em que conclui a última etapa da Educação Básica.
 - E) integrada intercomplementar, ofertada somente a quem já tenha concluído o Ensino Fundamental ou esteja cursando o Ensino Médio, com matrícula única na mesma instituição, de modo a conduzir o estudante a itinerários distintos, sendo a terminalidade da Educação Básica ou à habilitação profissional técnica.

12. A Curricularização da Extensão na Educação Superior é normatizada pela Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018, da Câmara de Educação Superior (CES) do Conselho Nacional de Educação (CNE). Esse mesmo documento regulamenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências. De acordo com os documentos acima referenciados, as atividades de extensão devem compor o total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação. Dessa forma, as atividades de extensão devem compor, no mínimo,
- A) 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular, sendo incluída na matriz curricular dos cursos e desenvolvida por meio de programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social.
 - B) 5% (cinco por cento) do total da carga horária curricular, inserida na matriz curricular, podendo ser cumprida de forma optativa, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social.
 - C) 20% (vinte por cento) da carga horária curricular, a ser cumprida em atividades de estágios supervisionado e ou profissionais, independentemente de sua vinculação a programas e projetos de extensão universitária,
 - D) 12% (dez por cento) da carga horária curricular, desenvolvida de forma complementar à matriz curricular dos cursos, centrada nas áreas de grande pertinência social e sem necessidade de integração pedagógica.
 - E) 15% (quinze por cento) do total da carga horária curricular, incluída na matriz curricular e direcionada, prioritariamente, a atividades acadêmicas internas e coesas nas áreas de grande pertinência social.
13. A Lei nº 8.069/1990 (ECA) e a Lei nº 9.394/1996 (LDB), com suas atualizações, estabelecem diretrizes para a garantia do direito à educação, destacando a responsabilidade das instituições escolares no planejamento pedagógico e na articulação com a família. Considerando a relação entre as duas leis citadas, é correto afirmar que
- A) o projeto político-pedagógico das escolas, de acordo com o ECA e a LDB, deve ser elaborado de forma exclusiva e obrigatória pela equipe gestora, sendo preferencial a participação da comunidade escolar e da família no processo de planejamento.
 - B) tanto a LDB quanto o ECA delimitam a incumbência da escola à transmissão de conteúdos curriculares e delegam à família a formação integral do educando e sua relação com a cidadania e os valores curriculares.
 - C) o ECA assegura que a responsabilidade pela frequência escolar recai unicamente sobre a família, e a LDB define que é uma condicionalidade as instituições de ensino acompanharem e notificarem órgãos competentes em caso de abandono.
 - D) o ECA, em consonância com a LDB, determina que é dever das instituições de ensino respeitar e fomentar a participação da família e da comunidade, reconhecendo que a efetivação do direito à educação é uma responsabilidade compartilhada.
 - E) a LDB corrobora ao ECA ao dispor que o planejamento escolar deve priorizar exclusivamente as demandas do currículo oficial do sistema de ensino, atendendo, quando possível, temáticas que estejam atinentes ao contexto social dos educandos e sua comunidade.
14. Na base científica conceitual acerca da organização curricular, há referências sobre a relevância dos princípios pedagógicos como elementos orientadores à organização de um tipo de currículo. Entre esses princípios pedagógicos, há aqueles que permitem diferentes possibilidades de projetos formativos comprometidos com a ideia de integração. São eles:
- A) Interação, Adaptação e Avaliação, por serem os elementos básicos do ato pedagógico.
 - B) Objetividade, Neutralidade e Flexibilidade, em razão da Práxis.
 - C) Interdisciplinaridade, Contextualização e Teleologia, por serem basilares à Práxis.
 - D) Cooperação, Tecnologia e Filosofia Pragmática, razão da unidade teoria-prática.
 - E) Cultura, Transposição e Didática, por serem aspectos do ato pedagógico.

15. Na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), a avaliação deve estar articulada aos princípios e às diretrizes curriculares e contribuir para superar as concepções reducionistas e meramente classificatórias. Nesse sentido, o processo avaliativo na EPT deve
- A) ser contínuo, processual e formativo, articulando teoria e prática; e sendo diagnóstico, formativo e somativo, de modo a contribuir para o desenvolvimento crítico e integral do estudante.
 - B) priorizar a aferição quantitativa do desempenho dos estudantes, relativizando notas e índices de aprovação, de modo a atender às demandas de produtividade educacional.
 - C) certificar conhecimentos atinentes à empregabilidade do estudante, garantindo que ele esteja pronto para se adaptar às exigências imediatas do mercado de trabalho.
 - D) assegurar a neutralidade e a objetividade científica, devendo ser orientado a partir de princípios gerais da educação nacional, das determinações da Classificação Brasileira de ocupações e do Plano de Ação da gestão institucional, como forma de diálogo com o mundo do trabalho.
 - E) basear-se em testes padronizados e externos, assegurando a isonomia e comparabilidade entre diferentes instituições e campi dos Institutos Federais.

INTEGRIDADE

16. Um servidor público federal foi avaliado pela Comissão de Ética do órgão onde atua, conforme o disposto no Decreto nº 1.171/1994. Ao final do processo, a comissão concluiu pela aplicação de penalidade ao servidor. Nesse cenário, identifique a pena aplicável na legislação para o servidor público federal.
- A) Advertência, verbal ou escrita, desde que a Comissão de Ética tenha observado o direito à ampla defesa do servidor.
 - B) Censura ou advertência, sendo formalizada pelo presidente da Comissão de Ética e encaminhada à autoridade máxima do órgão ao qual o servidor esteja vinculado.
 - C) Determinação de abertura de processo administrativo disciplinar ou, alternativamente, de arquivamento do processo.
 - D) Advertência ou suspensão, desde que devidamente fundamentada em parecer elaborado pelo presidente da Comissão de Ética.
 - E) Censura e sua fundamentação constará do respectivo parecer, assinado por todos os integrantes da Comissão de Ética, com ciência do faltoso.
17. A Política de Transparência e Acesso à Informação da Administração Pública Federal, instituída pelo Decreto nº 11.529/2023, busca ampliar o acesso da sociedade a dados e informações da administração pública federal, fortalecendo a participação social e a melhoria das políticas públicas, compreendendo assim:
- A) A transparência passiva, direcionada à publicação de informações previamente classificadas como de interesse coletivo; a transparência ativa, com a divulgação dos relatórios de gestão; e a abertura de bases de dados para órgãos de controle interno.
 - B) A transparência passiva, condicionada à apresentação de justificativa pelo solicitante; a transparência ativa, limitada a informações de caráter institucional; e a abertura de bases de dados, condicionada à autorização prévia do órgão central do Sistema de Integridade, Transparência e Acesso à Informação.
 - C) A transparência passiva, aplicável para informações classificadas como reservadas ou secretas; a transparência ativa, prevista para situações excepcionais de interesse institucional; e a abertura de bases de dados sigilosos após o transcurso de 10 anos.
 - D) A transparência passiva, voltada ao atendimento de pedidos de informação; a transparência ativa, destinada à divulgação de informações nos sítios eletrônicos oficiais; e a abertura de bases de dados produzidos, custodiados ou acumulados pela administração pública federal.
 - E) A transparência passiva, voltada à disponibilização automática das informações institucionais; a transparência ativa, restrita a dados financeiros e orçamentários; e a abertura de bases de dados gerados pelas transferências de recursos a entidades privadas.

18. O conceito de governança pública, trazido no Decreto nº 9.203/2017, apresenta um conjunto de mecanismos para o exercício da governança pública. Assinale a alternativa que apresenta corretamente esse conceito:
- A) Conjunto de mecanismos normativos e operacionais voltados à execução fiscal, orçamentária e financeira, priorizando a conformidade legal e a eficiência administrativa na utilização dos recursos públicos.
 - B) Conjunto de mecanismos de controles internos, formalmente estruturados, destinados a assegurar a conformidade com normas, regulamentos e políticas internas, com foco na identificação e mitigação de riscos.
 - C) Conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade.
 - D) Conjunto de mecanismos de auditoria e fiscalização aplicado aos atos e procedimentos administrativos, visando assegurar a transparência, a economicidade e o cumprimento das metas fiscais e organizacionais previstas.
 - E) Conjunto de mecanismos estruturados voltados à gestão de pessoas, promoção da ética, integridade e transparência, com ênfase no desenvolvimento organizacional e no fortalecimento da gestão de riscos.
19. A Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais) define, em seu art. 5º, inciso II, o conceito de dado pessoal sensível. Assinale a alternativa que apresenta corretamente esse conceito:
- A) Dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural.
 - B) Dado pessoal que se refere a informações financeiras ou patrimoniais do indivíduo, como renda, relação patrimonial dos bens imóveis, investimentos, dívidas bancárias e relação de credores e dado referente à saúde ou à vida sexual.
 - C) Dado classificado como pessoal que permite identificar direta ou indiretamente uma pessoa natural, como nome, endereço residencial, telefone ou e-mail pessoal, CPF (Cadastro de Pessoa Física), dado referente à saúde ou à vida sexual.
 - D) Dado pessoal relacionado a informações de consumo, histórico de compras e vendas ou registros em plataformas digitais, utilizado para estratégias de marketing e publicidade direcionada, dado referente à saúde ou à vida sexual.
 - E) Dado pessoal classificado como sensível pelo indivíduo, que poderá ser disponibilizado mediante solicitação do interessado, observadas as regras estabelecidas na Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011).
20. Durante uma oficina de formação para servidores federais sobre prevenção e enfrentamento do assédio e da discriminação, uma comissão de integridade convidada abordou a articulação entre o Decreto nº 12.122/2024, que institui o Programa Federal de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação, e a Portaria MGI nº 6.719/2024, que institui o Plano Federal de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação, ambos aplicáveis à administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Na explanação, destacou-se que:

“Ambos os dispositivos legais se complementam no que se refere às diretrizes para a prevenção e enfrentamento do assédio e da discriminação no âmbito da administração pública federal direta. O Decreto fixou as diretrizes de universalidade, transversalidade, confidencialidade e resolutividade, enquanto a Portaria acrescentou outras diretrizes essenciais para assegurar os objetivos do Programa e do Plano.”

Com base na exposição e nos marcos legais citados, o Plano Federal acrescentou

- A) responsabilidade administrativa, proteção à vítima, transparência e integridade.
- B) compromisso social, sigilo, participação social indireta e organização do trabalho.
- C) valorização, contraditório, ampla defesa, proteção de dados e comunicação.
- D) mediação de conflitos, rede de acolhimento, prevenção e saúde no trabalho.
- E) compromisso institucional, acolhimento, comunicação não violenta e integralização.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. A docência é uma profissão complexa, que exige a mobilização de diversos conhecimentos e experiências. Sobre esse aspecto, considere o fragmento textual a seguir.

“[...] Estes saberes correspondem aos discursos, objetivos, conteúdos e métodos a partir dos quais a instituição escolar categoriza e apresenta os saberes sociais por ela definidos e selecionados como modelos da cultura erudita e de formação para cultura erudita. Apresenta-se concretamente sob a forma de programas escolares (objetivos, conteúdos, métodos) que os professores devem aprender a aplicar.”

FONTE: TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 17ª Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2014, p. 38.

Esse fragmento textual se refere aos saberes

- A) pedagógicos.
 - B) experienciais.
 - C) profissionais.
 - D) curriculares.
 - E) disciplinares.
22. No processo de ensino e aprendizagem, o planejamento e a avaliação são articuladores da prática pedagógica. Uma prática docente que retrata a relação adequada entre planejamento e avaliação da aprendizagem, entre outros aspectos, deve:
- A) planejar atividades e estratégias, prescindindo de resultados de avaliações anteriores e concentrando-se nos conteúdos programáticos.
 - B) adotar instrumentos e critérios unificados de avaliação para todos os alunos, a fim de nivelar o processo e dar uniformidade metodológica ao ato de avaliar.
 - C) conferir maior relevância aos resultados quantitativos, por constituírem indicadores objetivos, visando consistência na análise do rendimento escolar.
 - D) unificar métodos, técnicas e instrumentos de avaliação para os estudantes, otimizando o processo e garantindo coerência no ato de avaliar.
 - E) utilizar instrumentos variados para acompanhar o progresso de cada estudante, buscando identificar dificuldades e ajustar as estratégias de ensino.
23. Coexistem vários tipos de avaliação da aprendizagem escolar, que se diferenciam pela finalidade de uso dos seus resultados. Um deles diz respeito a uma abordagem avaliativa que, baseada na mensuração de resultados, prioriza a verificação de médias, a atribuição de notas e a definição de aprovação ou reprovação. Ao valorizar, exclusiva e unicamente, o desempenho quantificável do estudante, evidencia defasagens sem propor intervenções pedagógicas e promove a distinção entre estudantes com base em critérios padronizados.

Essa definição se refere à avaliação

- A) formativa.
- B) diagnóstica.
- C) normativa ou cumulativa.
- D) classificatória ou somativa.
- E) examinadora.

24. Na instituição escola, as práticas pedagógicas refletem concepções sobre o papel social da educação e se realizam em contextos marcados por diferentes valores e interesses. Nessa direção, a prática educativa

- A) organiza-se por meio de conteúdos específicos, definidos com base na neutralidade das ciências e na organização sistemática do ensino.
- B) desenvolve-se por meio de procedimentos didáticos planejados, necessários para garantir a consistência do ensino e a padronização das aprendizagens.
- C) busca assegurar a continuidade institucional, promovendo adequações dos estudantes às estruturas sociais e organizacionais vigentes.
- D) fundamenta-se na eficiência dos métodos, sendo orientada, prioritariamente, por critérios de desempenho e de rendimento escolar.
- E) articula saberes e ações em contextos escolares, mantendo uma relação com processos sociais mais amplos que influenciam a formação humana.

25. O Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH), que teve sua versão definitiva publicada em 2006, estabelece objetivos que orientam políticas e práticas formativas em contextos educativos diversos, com vistas a consolidar ações pedagógicas comprometidas com os princípios dos direitos humanos.

Sob a ótica dos objetivos do PNEDH, é correto afirmar que a Educação em Direitos Humanos

- A) compreende um processo sistemático e multidimensional que orienta a formação do sujeito de direitos e articula a formação ética e cidadã, promovendo dignidade e participação social.
- B) incentiva a difusão normativa dos direitos fundamentais, assegurando o conhecimento das leis e regulamentos como principal meio de consolidação da cidadania.
- C) orienta-se pelo cumprimento institucional de diretrizes legais e regimentais, visando a garantia da estabilidade e a coerência das práticas pedagógicas nos contextos educativos.
- D) coaduna-se à necessidade da neutralidade político-ideológica do processo educativo, como forma de assegurar a inserção de temas controversos nos espaços escolares.
- E) estimula o protagonismo estudantil e a construção da autonomia por meio de diretrizes formativas comuns e conteúdos previamente uniformizados nos sistemas de ensino.

26. A Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Com base no Art. 6º, os Institutos Federais têm como finalidade e característica

- A) vincular a educação escolar ao trabalho e às práticas sociais.
- B) garantir o direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida.
- C) desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica.
- D) promover a promoção de ações voltadas à valorização da diversidade étnico-racial.
- E) constituir-se em centro de formação técnica voltado ao ensino prático.

27. O currículo é resultado de escolhas sobre o que deve ser ensinado e aprendido. Sua organização e conteúdo variam conforme concepções educacionais, valores e contextos históricos.

Sob a perspectiva das teorias críticas, o currículo é compreendido como

- A) meio de garantir o desenvolvimento intelectual à margem das condições históricas.
- B) instrumento de reprodução de estruturas sociais e ideológicas.
- C) modelo técnico voltado à padronização do ensino.
- D) abordagem que iguala culturas e promove harmonia para superar conflitos sociais.
- E) conjunto de conteúdos universais definidos por critérios objetivos de eficácia.

28. A Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996, com suas atualizações) estabelecem a gestão democrática como princípio da educação nacional.

Sob os pressupostos da gestão democrática, um planejamento escolar efetivo deve

- A) contemplar a participação de todos os membros da comunidade escolar, garantindo a escuta e a consideração das suas ideias nas etapas de construção e avaliação do processo.
- B) ser uma prioridade, tendo a eficiência administrativa como o fator mais relevante e a descentralização de responsabilidades como um impedimento para a agilidade decisória.
- C) ser um processo contínuo, participativo e coletivo, em que todos os segmentos da comunidade escolar participam ativamente da sua concepção, execução e avaliação.
- D) prever a escuta e a consideração de todos os membros e órgãos da comunidade, incentivando a participação ativa em fases específicas do processo.
- E) ser um processo contínuo, participativo e coletivo, que articula diretrizes e metas e orienta a alocação de recursos, a implementação de programas e a organização de ações em rede, de forma padronizada.

29. Atualmente, a escola enfrenta o desafio de promover uma educação intercultural. Uma prática escolar que incorpore essa abordagem pedagógica deve ser caracterizada por

- A) promover a integração dos alunos, enfatizando semelhanças e padrões comuns de aprendizagem e comportamento, priorizando a unidade do grupo como princípio de coerência pedagógica.
- B) aprofundar o conhecimento sobre especificidades culturais, com o objetivo de classificar tradições, preservando a estrutura curricular e os referenciais pedagógicos consolidados.
- C) promover iniciativas que considerem a assimilação de culturas minoritárias por uma cultura dominante, sobretudo em contextos de desigualdade social e de limitada inserção no sistema educativo.
- D) desenvolver ações pontuais e focalizar determinados grupos sociais, preservando as práticas pedagógicas estabelecidas no cotidiano escolar.
- E) envolver atores e dimensões da escola, promovendo diálogo, respeito, valorização da diversidade, cooperação mútua e formação crítica para a desconstrução de preconceitos e a convivência democrática.

30. A LDB (Lei nº 9.394/1996, com suas atualizações) estabelece diretrizes e bases da educação, na esfera nacional, definindo estrutura, objetivos e organização dos níveis e modalidades de ensino, entre outras diretrizes.

De acordo com o disposto no Artigo 37 da LDB, a Educação de Jovens e Adultos (EJA)

- A) deve assegurar atendimento educacional especializado aos estudantes, com serviços e recursos organizados, preferencialmente, na rede regular de ensino, de forma complementar ou suplementar.
- B) tem por finalidade o desenvolvimento de itinerários formativos voltados à qualificação profissional, atendendo, prioritariamente, às demandas do setor produtivo e do mercado de trabalho.
- C) destina-se àqueles que almejam reinserção no mundo do trabalho, priorizando conteúdos relacionados às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia, em articulação com a cultura da prática profissional.
- D) será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos fundamental e médio, na idade própria, e constituirá instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida.
- E) deverá ser ofertada de forma concomitante ao ensino médio para estudantes que ingressam ou estão cursando essa etapa, mediante matrículas distintas para cada curso, respeitadas as normas do sistema de ensino.

31. Ao longo da história, a educação foi reconhecida como um fenômeno social que cumpre múltiplas finalidades. Estudiosos da área apontam que as finalidades social e política se referem ao papel que a educação desempenha na sociedade e na formação dos sujeitos.

Assim dimensionada, é correto afirmar que a educação

- A) constitui-se como prática social, visto que se fundamenta na organização de conteúdos científicos e técnicos, considerados essenciais ao desenvolvimento intelectual e à inserção social produtiva.
 - B) constitui-se como uma prática social e como um ato político, podendo servir tanto à reprodução da ordem vigente quanto à formação crítica e emancipatória dos sujeitos.
 - C) focaliza-se em atender as transformações econômicas e sociais, contribuindo para a formação de competências alinhadas ao mundo do trabalho e à adaptação social dos sujeitos.
 - D) orienta-se pelo ensino de conteúdos formais, promovendo a aquisição de saberes sistematizados e favorecendo a adequação das necessidades individuais às exigências do meio social e profissional.
 - E) constitui-se como uma prática social e política que visa o aprimoramento pessoal, considerando o desenvolvimento individual como eixo central da formação dos sujeitos.
32. A maneira como a aprendizagem é compreendida influencia diretamente as práticas pedagógicas, os objetivos do ensino e a relação entre o professor, o estudante e o conhecimento. Partindo dessa concepção, leia o trecho a seguir.

“A aprendizagem praticamente não interfere no curso do desenvolvimento. A ênfase nos processos internos e na atividade construtiva da própria criança resulta em uma concepção que considera a aprendizagem como dependente do processo de desenvolvimento. Ou seja, aquilo que a criança pode ou não aprender é determinado pelo nível de desenvolvimento de suas estruturas cognitivas”.

FONTE: FONTANA, R.; CRUZ, N. **Psicologia e trabalho pedagógico**. São Paulo: Atual, 1997, p. 54.

O conteúdo abordado no trecho refere-se, diretamente, aos estudos de

- A) Henri Wallon.
 - B) David Ausubel.
 - C) Jean Piaget.
 - D) Lev Vygotsky.
 - E) B. F. Skinner.
33. O estágio supervisionado é entendido como campo de conhecimento que envolve a reflexão sobre a construção e o fortalecimento da identidade profissional, sendo um espaço privilegiado de aprendizagem da profissão docente.

Por ser um dos componentes da formação do futuro professor, o estágio supervisionado deve assegurar

- A) a aprendizagem de conhecimentos teórico-práticos para o desenvolvimento do controle do ambiente escolar e a organização do processo de aquisição de habilidades e conhecimentos específicos.
- B) uma experiência de aprendizagem que integra a teoria com a prática, viabilizando a reflexão sobre a realidade e o desenvolvimento da capacidade de analisar criticamente o futuro campo de atuação.
- C) a reflexão sobre a escolha de técnicas apropriadas ao fazer pedagógico, permitindo que os futuros professores vivenciem a realidade escolar e se fundamentem em modelos existentes e consagrados como bons.
- D) uma formação instrucional que prioriza os aspectos da prática, reconhecendo os conhecimentos úteis e necessários para o desenvolvimento de ações pedagógicas que serão empregadas em sua futura atuação docente.
- E) uma experiência formativa que possibilita ao estudante sobrepor a prática em detrimento dos conhecimentos teóricos, com vistas a reconhecer técnicas e metodologias apropriadas ao fazer pedagógico.

34. A Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024, dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial, em Nível Superior, de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica, compreendendo cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados e cursos de segunda licenciatura.

De acordo com o Art. 13 dessa Resolução, para os cursos de formação inicial, incluindo as licenciaturas, a estrutura curricular deve ser organizada na forma de núcleos. Nesse sentido, o Núcleo III - Atividades Acadêmicas de Extensão (AAE) e o Núcleo IV - Atividades de Estágio Curricular Supervisionado (ECS) se configuram, respectivamente, como:

- A) projetos e ações de integração entre a universidade e a sociedade, realizados para oferecer aos estudantes um campo de atuação que extrapola o ambiente escolar, enfatizando a promoção do desenvolvimento social e educacional; e componente curricular desenvolvido a partir da metade do curso, voltado para a observação, participação e regência supervisionada.
 - B) atividades culturais e científicas realizadas em ambientes comunitários, buscando diálogo com diferentes setores sociais, com acompanhamento de professor da IES; e atividades de integração entre teoria e prática direcionadas para a etapa final do curso, quando o estudante já possui maior domínio dos conteúdos específicos para atuação em sala de aula.
 - C) realizadas na forma de práticas vinculadas aos componentes curriculares; envolvem a execução de ações de extensão nas instituições de Educação Básica, com orientação, acompanhamento e avaliação de um professor formador da IES; e componente curricular, vivenciado desde o primeiro semestre, com carga horária distribuída, contemplando observação, participação e regência supervisionada.
 - D) ações realizadas na forma de experiências de extensão em ambientes educativos, promovendo a aproximação e o diálogo com a comunidade; e componente curricular que integra observação, participação e regência supervisionada, em diálogo constante com a realidade escolar, permitindo que o estudante do último período assuma a regência das aulas como responsável principal.
 - E) ações articuladas à pesquisa e à responsabilidade social, desenvolvidas em diferentes espaços de aprendizagem e voltadas ao fortalecimento da relação entre a universidade e a comunidade; e atividade laboral, componente da formação do futuro profissional de magistério, desenhado para assegurar uma experiência de aprendizagem e socialização inicial na profissão.
35. As ações didáticas - reflexão pedagógica, prática educativa e relação teoria e prática - compõem uma tríade indispensável à práxis docente, as quais têm a intencionalidade de retroalimentar saberes e aprimorar processos. Sobre as dimensões que compõem as ações didáticas, é correto afirmar que
- A) reflexão pedagógica é um ato no qual o docente, imerso em sua prática cotidiana, analisa e questiona criticamente as suas ações, buscando embasamento teórico para aprofundar o entendimento e melhorar o processo de ensino e aprendizagem, relacionando a teoria com as descobertas da prática.
 - B) reflexão pedagógica é um processo intuitivo que qualifica a atuação docente, na qual o professor analisa e questiona suas ações cotidianas de sala de aula, na busca de reforçar seus conhecimentos e práticas já estabelecidas, prescindindo de aprofundamento teórico, inovações e descobertas da prática.
 - C) reflexão pedagógica é um ato no qual o docente analisa e questiona criticamente as suas ações, buscando embasamento teórico para ilustrar e justificar o conhecimento prévio dos estudantes, entendendo que teoria é superior prática.
 - D) prática educativa é um ato próprio da docência, no qual o professor analisa e questiona as suas ações, de forma reativa, com foco na solução de problemas imediatos, utilizando o embasamento teórico como formalismo para justificar decisões já tomadas.
 - E) relação teoria e prática pressupõe o princípio da dissociabilidade que deve permear o processo de ensino e aprendizagem, tendo em vista que a atuação profissional docente acontece de forma descolada do conhecimento teórico, por considerar que a experiência prática é suficiente.

36. Trata-se de uma perspectiva em que a escola é entendida como um instrumento de apropriação do saber, pois contribui para torná-lo democrático. Os conteúdos são culturalmente adquiridos, mas permanentemente avaliados e integrados às realidades sociais. O professor é considerado o mediador do conhecimento e o aluno participa ativamente do processo de ensino e aprendizagem. As características descritas referem-se à tendência pedagógica
- A) progressista libertadora.
 - B) progressista crítico-social dos conteúdos.
 - C) liberal renovada.
 - D) progressista libertária.
 - E) liberal tecnicista.
37. Conforme determina o artigo 12 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996, com suas atualizações), uma das incumbências dos estabelecimentos de ensino é
- A) prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento.
 - B) coletar, analisar e disseminar informações sobre a educação.
 - C) democratizar o acesso e a permanência.
 - D) zelar pela aprendizagem dos alunos.
 - E) baixar normas complementares para o seu sistema de ensino.
38. Ao problematizarem a educação, pensadores da filosofia, da história e da sociologia desvelaram práticas dogmáticas e ideológicas que reforçam a dominação social. Esses fundamentos também indicam caminhos para a transformação. Considere as ideias contidas nos trechos a seguir.

1. Idealizador de grandes mudanças na educação brasileira, inspirou o modelo de escola integral e foi um dos signatários do Manifesto dos Pioneiros da escola Nova.
2. Atuou em defesa do ensino de “tudo para todos” e foi o primeiro teórico a respeitar a inteligência e os sentimentos das crianças.
3. Contribuiu para a profissionalização de professores e a avaliação de alunos. Escreveu *10 Novas Competências para Ensinar e Ensinar: Agir na Urgência e Decidir na Incerteza*.

Os trechos 1, 2 e 3 remetem, respectivamente, aos pensadores:

- A) Max Weber; John Dewey; Louis Althusser.
- B) Pierre Bourdieu; Philippe Perrenoud; Anísio Teixeira.
- C) Anísio Teixeira; João Amós Comênio; Philippe Perrenoud.
- D) João Amós Comênio; Max Weber; John Dewey.
- E) Louis Althusser; Pierre Bourdieu; Anísio Teixeira.

39. O Plano Nacional de Educação (PNE) estabelece diretrizes, metas e estratégias para assegurar a efetividade do direito à educação.

Sobre essa política pública de Estado, é correto afirmar:

- A) apesar das fragilidades dos resultados, há uma unanimidade da literatura educacional que indica o alcance das diretrizes e estratégias até o final do prazo do atual PNE, que teve sua vigência prorrogada até 2025, pela Lei nº 14.934/2024.
 - B) considerando a trajetória das políticas educacionais brasileiras, comprova-se que os contingenciamentos orçamentários refletiram na estagnação das metas sem impactarem no cumprimento das estratégias do plano.
 - C) a Lei nº 13.005/2014, que instituiu o PNE, incumbia aos Estados a realização de pelo menos duas conferências nacionais de educação até o final do decênio, com intervalo de até quatro anos entre elas.
 - D) o atual PNE, instituído pela Lei nº 13.005/2014 e com vigência prorrogada até 2025 pela Lei nº 14.934/2024, está no centro das reflexões pelo descumprimento da maioria das metas nele estabelecidas.
 - E) a articulação interfederativa prevista no vigente PNE possibilitou a correlação de múltiplas conexões dos sistemas de ensino, sem expor as dificuldades em transformar metas legais em políticas efetivas.
40. Com o escopo de nortear as ações dos sistemas de ensino, dos estabelecimentos e dos professores, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (Brasil, 2004) estabelecem que
- A) os estabelecimentos de ensino devem ter suas ações sob os princípios das práticas educativas de valorização da equidade, currículo uniforme e incentivo à multidisciplinaridade dos conteúdos e o fortalecimento de identidades e de direitos.
 - B) a Educação das Relações Étnico-Raciais proporcionará a produção de conhecimentos, bem como de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos quanto à pluralidade étnico-racial, para facilitar a negociação no mercado de trabalho.
 - C) é da competência dos conselhos de Educação dos entes federados o cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais, instituídas pela Resolução CNE nº 1/2004, independentemente do regime de colaboração, uma vez que foram aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação.
 - D) é da competência exclusiva da União a orientação e a supervisão da elaboração e edição de livros e outros materiais didáticos, em atendimento ao disposto no Parecer CNE/CP 003/2004, que aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais em debate nesta questão.
 - E) as coordenações pedagógicas promoverão o aprofundamento de estudos para que os professores concebam e desenvolvam unidades de estudos, projetos e programas, abrangendo os diferentes componentes curriculares.

41. A Educação Popular é um campo de saberes que teve sua gênese, principalmente, na América Latina, a partir da segunda metade do século XX. A natureza de sua práxis valoriza os contextos dos grupos populares.

Nessa perspectiva, a Educação Popular

- A) tem como pressuposto a concepção de práxis pedagógica que oferece um horizonte humanizador e que prescinde da luta social.
- B) tem Paulo Freire como principal representante, reconhecido como um pensador que, entre tantas propostas pedagógicas, destaca-se pela defesa de uma relação verticalizada entre professor e aluno.
- C) propõe a unificação da prática pedagógica articulada aos saberes instrucionais e modeladores do comportamento humano.
- D) é comprometida com a formação humana que se contrapõe a uma educação tecnicista incapaz de problematizar as assimetrias existentes na sociedade.
- E) prioriza o saber científico na construção do conhecimento coletivo, especialmente na prática educativa não formal.

42. Leia os fragmentos a seguir.

1. O currículo é reduzido a um conjunto de disciplinas e conteúdos a serem passados aos alunos, organizados em uma grade curricular.
2. O currículo é proposto para a transmissão de conteúdos e desenvolvimento de habilidades. A derivação dessa concepção é o currículo por competências, restritas ao saber-fazer.

LIBÂNEO, J. C. As teorias pedagógicas modernas revisitadas pelo debate contemporâneo na educação. *In*: LIBÂNEO, J. C.; SANTOS, A. (org). **Educação na era do conhecimento em rede e transdisciplinaridade**. Campinas: Alínea, 2005.

As informações contidas nas sentenças 1 e 2 são associadas, respectivamente, às concepções de organização curricular

- A) Tradicional e Racional-tecnológico.
- B) Técnico e Integrado.
- C) Racional-tecnológico e Tradicional.
- D) Globalizado e Técnico.
- E) Integrado e Racional-tecnológico.

43. O Parecer CNE/CES nº 239/2008 trata da definição da carga horária das atividades complementares nos cursos superiores de tecnologia. De acordo com esse Parecer, é correto afirmar:

- A) as horas destinadas às atividades complementares deverão ser compostas de 30% da carga horária total do curso e são consideradas obrigatórias pela legislação federal.
- B) as atividades complementares não podem ser incluídas na carga horária total do curso, devendo ser ofertadas de forma adicional.
- C) a inclusão de atividades complementares na carga horária total é facultativa e independe de regulamentação interna da instituição.
- D) as horas destinadas às atividades complementares não deverão exceder 20% da carga horária total do curso superior de tecnologia.
- E) as atividades complementares são válidas apenas para cursos de bacharelado, não se aplicando aos cursos superiores de tecnologia.

44. Orienta a organização e o funcionamento da instituição escolar, refletindo sua identidade e objetivos educacionais. Constitui-se de princípios basilares como igualdade, qualidade, gestão democrática, liberdade e valorização do magistério. Fundamenta-se em pressupostos filosófico-sociológicos, epistemológicos e didático-metodológicos e apresenta, entre as suas dimensões, a possibilidade de efetivação da intencionalidade da escola acerca do conhecimento.

A definição detalhada no enunciado se refere

- A) aos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN).
- B) ao Projeto Político-Pedagógico (PPP).
- C) às Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN).
- D) à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).
- E) à Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

45. Leia o trecho a seguir:

“A Educação do campo, fundamentalmente pela práxis pedagógica dos movimentos sociais, continua e pode ajudar a revigorar a tradição de uma educação emancipatória, retomando questões antigas e formulando novas interrogações à política educacional e à teoria pedagógica”.

Caldart, R. S. Educação do campo: notas para uma análise de percurso. **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 7 n. 1, p. 42, mar./jun.2009.

Esse trecho aborda reflexões sobre a educação emancipatória, cuja prática deve nortear as políticas educacionais direcionadas à população rural. Com base nos marcos legais que legislam sobre a educação para esse público, é correto afirmar:

- A) os conteúdos curriculares e metodologias apropriadas aos alunos das escolas do campo deverão ser usadas quando solicitadas pela comunidade escolar aos respectivos sistemas de ensino.
- B) o fechamento de escolas do campo será precedido de manifestação do órgão normativo do respectivo sistema de ensino, que avaliará, prioritariamente, os índices educacionais da comunidade.
- C) os sistemas de ensino, na oferta de educação básica para a população rural, promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região.
- D) a adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas é aceitável quando submetida, anualmente, pelo conselho escolar, à aprovação do Ministério da Educação.
- E) a LDB reconhece, em seu artigo 28, a importância da nucleação das escolas do campo na garantia da adequação à natureza do trabalho na zona rural e na efetivação da elevação da escolaridade.

46. O conhecimento sobre a diversidade de práticas pedagógicas existentes e sobre a utilização de diferentes metodologias de ensino contribui para qualificar o processo educativo e tornar a aprendizagem mais significativa.

Nesse sentido, a resolução de problemas, estratégia metodológica bastante utilizada, caracteriza-se, principalmente, por

- A) problematizar a realidade, promovendo a reflexão crítica e a construção coletiva do conhecimento.
- B) transmitir de forma objetiva conteúdos previamente organizados, centrados na exposição do professor.
- C) estimular a aprendizagem de conteúdos de natureza mais técnica, com foco na eficiência das respostas corretas.
- D) desenvolver projetos na busca de soluções únicas definidas para a memorização dos resultados e o cumprimento dos objetivos.
- E) fomentar a inovação pedagógica a partir de projetos que seguem roteiros e atividades previamente definidas.

47. Na esfera da educação e do ensino, existem vários níveis de planejamento, que se distinguem em finalidade, abrangência e complexidade. Um desses níveis consiste num processo sistêmico de análise e reflexão para delimitar dificuldades, propor alternativas de solução e tomar decisões macro. Considerando as características apresentadas, é correto afirmar que esse nível refere-se ao planejamento

- A) de ensino.
- B) escolar.
- C) curricular.
- D) de aula.
- E) educacional.

48. Na construção do conhecimento no ambiente escolar, três elementos devem ser considerados: a transposição didática, a contextualização e a interdisciplinaridade. Esses elementos podem ser caracterizados, respectivamente, como
- A) abordagem que transforma a informação em conhecimento escolar a ser ensinado; estratégia fundamental para a construção de significações; e comunicação entre as disciplinas que não as modifica internamente e é vista como uma simples acumulação de conhecimentos.
 - B) processo pedagógico que proporciona a acessibilidade ao conhecimento, preservando sua essência formativa; aproximação dos conteúdos com a realidade do estudante; e intercomunicação efetiva entre as disciplinas.
 - C) proposta pedagógica que viabiliza o conhecimento crítico da aprendizagem; aproximação da realidade do estudante com o conteúdo a ser trabalhado em sala de aula; e cooperação entre as disciplinas para a complementação dos conteúdos curriculares.
 - D) alternativa metodológica que aprofunda o conteúdo ao contexto da prática escolar; considera os saberes acumulados socialmente com ênfase na repetição e memorização; e justapõe de disciplinas sem modificá-las internamente.
 - E) caminho escolhido pelo docente para alcançar os objetivos traçados; aproximação dos conteúdos científicos ao cotidiano e realidade do aluno; e grau máximo de relações entre os conteúdos, constituindo um sistema que ultrapassa as interações entre as disciplinas.
49. Leia o fragmento textual a seguir.

A construção de uma formação docente articulada com os desafios inerentes à educação e que seja capaz de romper com qualquer distanciamento do cotidiano da profissão, se configuram em estratégias necessárias na efetivação de políticas formativas qualificadas na consolidação de um professor pesquisador, com habilidades críticas-reflexivas para se tornar agente promotor de um processo de aprendizagem socialmente referenciado.

ALMEIDA, B. T. de; SOUZA, L. G. S. de. Programa de Residência Pedagógica: espaço de formação inicial e desenvolvimento profissional. /N: RODRIGUES, L. P; PEREIRA, T. M. A. (Orgs.). **Tecendo os fios da educação em tempos de resistência**: metodologias de ensino, ciência e inclusão. Campina Grande/PB: EDUEPB, 2021.

O posicionamento explicitado no fragmento demonstra coerência com o disposto no Parecer CNE/CP nº 009/2001, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, nos cursos de licenciatura, de graduação plena, quando essas diretrizes

- A) prescindem de contextualização e complementação das competências específicas na construção do projeto pedagógico dos cursos de formação docente.
- B) adotam as competências como norteadoras da proposta pedagógica dos cursos, valorizando uma assimetria com a organização institucional.
- C) priorizam as dimensões metodológica e estrutural como referências para todas as formas de avaliação dos cursos.
- D) flexibilizam a carga horária das atividades práticas quando determinam que a teoria deve estar presente desde o início do curso e permear toda a formação do professor.
- E) consideram um conjunto de competências necessárias à atuação profissional e mencionam, entre elas, àquelas referentes à compreensão do papel social da escola.

50. As teorias pedagógicas são basilares para a organização do processo educativo e a definição das ações docentes.

É correto afirmar que a Teoria da Aprendizagem Significativa

- A) acontece por meio da simples assimilação de informações externas, sendo este um processo passivo em que o sujeito se adapta ao meio sem alterar suas estruturas cognitivas.
- B) é um conceito desenvolvido pelo psicólogo David Ausubel, centrado na visão otimista do sujeito e na capacidade interpessoal da autoaprendizagem.
- C) difere da aprendizagem mecânica, mas converge com esta quando ancora-se nas mesmas metodologias e práticas de ensino, com ênfase em estruturas sensoriais e motoras.
- D) entende a aquisição do conhecimento como resultado direto da instrução programada e diretiva, enfatizando as condições ambientais como base das mudanças comportamentais.
- E) ocorre quando novos conhecimentos são integrados de forma não arbitrária à estrutura cognitiva do sujeito, estabelecendo relações com os conhecimentos previamente adquiridos.

